

Carta aberta ao Movimento das Forças Armadas

A Junta de Salvação Nacional tomou a iniciativa de convocar os oficiais do M.F.A. para uma reunião fechada. Nessa reunião intervieram os ministros Sá Carneiro e Vasco Vieira de Almeida. Não foi for necida qualquer informação sobre o motivo de tal reunião, o conteúdo dela e o seu resultado.

Ocorrido nestas circunstâncias, tal encontro provocou, como era inevitável, grande preocupação popular. De facto:

- . O Governo Provisório reunia há 3 semanas mas não concretizava os pontos fundamentais do programa do Movimento das Forças Armadas;
- . Os agentes do fascismo não eram saneados mas prendia-se um militante maoista;
- . Restabelecia-se a censura à Televisão num caso em que, obviamente, não havia agressão alguma dos meios reaccionários;
- . O general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, que se encontrava no Brasil, declarava que estavam já traçados limites, à direita e à esquerda, para a liberdade instaurada em 25 de Abril;
- . O general Spínola, que já prevenira os portugueses contra os "perigos totalitários" tentava lançar o descrédito sobre as instituições políticas criadas pelo M.F.A. ao declarar na OTA que havia traidores instalados nos mais altos postos;
- . Ao mesmo tempo, as negociações com os movimentos de libertação marcavam passo e o presidente Nixon, ao decidir, ao que parece, unilateralmente, passar uma noite nos Açores, procurava mostrar o peso que o imperialismo americano quer ter no futuro de Portugal.

Por que motivo participaram na reunião de M.F.A. com a Junta dois civis, dois ministros, e particularmente dois ministros ligados de modo muito estreito ao capital financeiro, um dos quais foi sucessivamente mandatário de Cupertino de Miranda e do negociante internacional de petróleo Manuel Bolhosa? Porquê estes ministros e não os outros? Quem os convidou? Para quê?

O que está em causa é simples e fundamental. O Movimento das Forças Armadas deu um contributo fundamental para que se iniciasse em Portugal, no dia 25 de Abril, um processo de descolonização e democratização que, pelas perspectivas que abriu à luta anti-capitalista e à construção duma via portuguesa para o socialismo, obteve a adesão imediata das classes trabalhadoras. Mas este processo suscitou imediatas reacções da burguesia portuguesa que sabe não poder manter facilmente a sua ditadura de classe sob formas democráticas. A grande burguesia não tem de momento um projecto político muito elaborado pois o regresso do fascismo não lhe seria conveniente, pelo isolamento nacional e internacional que provocaria, atrasando o desenvolvimento das forças produtivas. Mas a grande burguesia que conserva efectivamente o poder tem tido acções não concertadas cuja real coerência consiste em dividir as forças populares e socialistas e dividir e isolar o Movimento das Forças Armadas: Algumas empresas fecham as portas, causando desemprego, ou fazem chantagem com a falência para conseguirem subsídios públicos; os meios de comunicação tentam convencer a opinião pública que o principal perigo para a democracia vem das greves, mas esquecem os manejos públicos e semi-ocultos da reacção; outros procuram reafirmar o caciquismo rural nas câmaras e freguesias; outros opõem-se ao reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias, na vã tentativa de prolongar uma guerra criminosa; outros ainda, procuram desviar a censura às "agressões ideológicas dos meios mais reaccionários" para a redireccionarem aos sectores progressistas que tentam organizar as forças do trabalho; outros cortam o crédito às pequenas e médias empresas - sob o falso pretéxto de que diminuem a liquidez bancária - para dividirem a classe operária, diminuindo a produção, causarem desemprego, reforçarem a hegemonia do capital financeiro e desencadearem um movimento fascista de massas contra o Movimento das Forças Armadas e contra o movimento dos trabalhadores; outros, afirmando que é necessário restabelecer a confiança, procuram dar ao capital financeiro uma liberdade de manobra comparável à que gozou sob o fascismo e, ao mesmo tempo que se recusam a tomar medidas concretas, ameaçam com o caos que eles próprios provocam para exigirem uma

ditadura militar caudilhista e reaccionária; outros, finalmente, procuram dissolver o Movimento das Forças Armadas, subordinando-o à hierarquia militar, impedindo a discussão do Programa do Movimento das Forças Armadas e tentando a mistificação de que qualquer oficial salazarista é igual a um militar do M.F.A.

Nesta conjuntura o M.E.S. pergunta:

- O Movimento das Forças Armadas está disposto a aceitar a dissolução ou a impotência a que o querem condenar?

- Ou o Movimento das Forças Armadas está disposto a garantir a aplicação do Programa que propôs e a que as forças populares aderiram?

- Se assim for, o Movimento das Forças Armadas está disposto a identificar e marginalizar os que encapotadamente ou à luz do dia procuram boicotar a execução do Programa? Está disposto a identificar e marginalizar os que se opõem ao "lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz"? Está disposto a identificar e marginalizar os que se opõem na prática a "uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas (...) o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista"? Está disposto a averiguar os casos de grande corrupção que dominaram a política económica portuguesa ou vai consentir que o combate à corrupção se limite à detenção de comparsas menores do fascismo, tipo Ramiro Valadão?

- Se assim for, o Movimento das Forças Armadas está disposto a consentir que a definição e a aplicação da liberdade fique nas mãos da Junta ou mesmo apenas de alguns dos seus membros?

O futuro imediato do país depende em larga medida da resposta que o Movimento das Forças Armadas der a estas perguntas que os portugueses fazem:

Se o M.F.A. abdicar de levar até ao fim o seu Programa, selará a sua própria divisão e os restos de liberdade e democracia poderão em breve ser apropriados pelo capital financeiro, que lançam já as bases de um novo regime autoritário.

Se pelo contrário decidir levar conseqüentemente até ao fim esse mesmo Programa, a consolidação da aliança do M.F.A. com o movimento dos trabalhadores permitirá lançar os fundamentos dum regime que possibilite a fase de transição original da sociedade portuguesa para o socialismo.

A COMISSÃO DE IMPRENSA DO M.E.S.

164

CD25A-UC